

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

RENATA DE ALMEIDA MACHADO

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO CONTROLE DIABETES MELLITUS

VOLTA REDONDA - RJ

2020

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO CONTROLE DIABETES MELLITUS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Nutrição do
UniFOA, como requisito à obtenção
do título de Bacharel em Nutrição.

Acadêmica: Renata de Almeida Machado
Orientadora: Profa. Ms. Ana Lúcia Torres Devezas Souza

**VOLTA REDONDA - RJ
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

M149pMachado, Renata de Almeida

Políticas Públicas Relacionadas ao Controle Diabetes Mellitus. / Renata de Almeida Machado. – Volta Redonda: UniFOA, 2020.

28p. II.

Orientador(a): Profª Me. Ana Lúcia Torres Devezas Souza

Monografia (TCC) – UniFOA / Curso de Nutrição, 2020.

1. Nutrição - TCC. 2. Políticas públicas – Diabetes Mellitus - Monitoramento. I. Devezas, Ana Lúcia Torres. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD 613

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO CONTROLE DIABETES MELLITUS

Elaborado por Renata de Almeida Machado, apresentado publicamente perante à Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Nutrição.

Aprovada em 19 de Junho de 2020

Banca Avaliadora:

.....
Professora Orientadora

Ana Lúcia Torres Devezas Souza, Mestre, Centro Universitário de Volta Redonda

.....
Professora Avaliadora

Mariana Ribeiro Costa Portugal, Doutora, Centro Universitário de Volta Redonda

.....
Professora Avaliadora

Ana Paula Caetano Menezes Soares, Mestre, Centro Universitário de Volta Redonda

Dedico este trabalho ao meu pai que esteve comigo nesse momento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me dar, força para que eu conseguisse encerrar esse ciclo.

Ao meu pai que esteve comigo todos os ciclos da minha vida.

Em especial minha orientadora Ana Lúcia pela paciência e incentivo.

E agradeço aos professores que fizeram parte desta banca.

“O começo é a metade do todo”.
(Platão)

RESUMO

Atualmente a Diabetes Mellitus é um dos problemas globais de saúde pública assim, torna-se evidente discussão a respeito da aplicabilidade das legislações em relação às doenças crônicas não transmissíveis, a fim de minimizar o aparecimento e agravamento da doença. Diante do relato, o presente estudo visa abordar sobre políticas públicas relacionadas ao controle da Diabetes Mellitus identificando nessa trajetória as legislações que norteiam ações de prevenção e controle dessa doença. A pesquisa foi bibliográfica, estudo descritivo com abordagem qualitativa, baseada em bases de dados no período entre 2019 e 2020. Foram utilizados para análise seis artigos, sendo organizados em duas categorias: implementação das políticas públicas no monitoramento da Diabetes Mellitus e ações preventivas para o portador de Diabetes Mellitus. Os resultados apontam Diabetes Mellitus doença crônica, com baixa adesão dos pacientes diabéticos ao tratamento correto da doença. Portanto, é dever do sistema único de saúde, assegurar execução de políticas públicas, que atendam a demanda do tratamento correto da doença, proporcionando melhores condições de vida, diminuindo riscos de complicações para pessoas com Diabetes Mellitus.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Diabetes Mellitus; Monitoramento.

ABSTRACT

Currently, Diabetes Mellitus is one of the global public health problems. Thus, it becomes evident a discussion about the applicability of laws in relation to chronic non-communicable diseases, in order to minimize the appearance and worsening of the disease. Given the report, the present study aims to address public policies related to the control of Diabetes Mellitus, identifying in this trajectory the laws that guide prevention and control actions of this disease. The research was bibliographic, descriptive study with a qualitative approach, based on databases in the period between 2019 and 2020. Six articles were used for analysis, being organized into two categories: implementation of public policies in the monitoring of Diabetes Mellitus and preventive actions for patients with Diabetes Mellitus. The results point to Diabetes Mellitus chronic disease, with low adherence by diabetic patients to the correct treatment of the disease. Therefore, it is the duty of the single health system to ensure the implementation of public policies that meet the demand for the correct treatment of the disease, providing better living conditions, reducing the risk of complications for people with Diabetes Mellitus.

Keywords: Public Policies, Diabetes Mellitus; Monitoring.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. MÉTODOS.....	16
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
3.1 Alimplementação das Políticas Públicas no Monitoramento da Diabetes Mellitus.....	20
3.2 Ações Preventivas para o Portador de Diabetes Mellitus.....	21
4. CONCLUSÕES	25
REFERÊNCIAS.....	26

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1. Artigos selecionados.....	18
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

DANT- Doenças e Agravos Não Transmissíveis

DCNT- Doenças Crônicas Não Transmissíveis

DM - Diabetes Mellitus

PS- Promoção da Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

1. INTRODUÇÃO

A trajetória das políticas públicas oferece mudanças no cuidado e tratamento da Diabetes Mellitus. Sendo que a Diabetes Mellitus, é um dos problemas globais de saúde pública no contexto atual. A Diabetes Mellitus (DM) se configura hoje como uma pandemia mundial sendo um grande desafio para os sistemas de saúde de todo o mundo(HIRAKAWA et al., 2019).

A Diabetes Mellitus é uma das doenças crônicas mais prevalentes que está crescendo no mundo, estando relacionada a múltiplos fatores de risco que determinam o avanço da doença, como por exemplo, a ocorrência da transição epidemiológica que se dá por meio das mudanças que ocorrem perante os padrões de morbimortalidade durante um período de tempo podendo ocorrer a invalidez que se caracterizam por mudanças na sociedade, com alterações demográficas, sociais e econômicas(BORGES; LACERDA, 2018).

Ao considerar a transição nutricional que se dá mediante as alterações dos padrões alimentares pode-se perceber o impacto na saúde da população. Por meio da substituição de produtos *in natura* por produtos industrializados. Entre as questões relacionadas aos hábitos alimentares e o processo saúde e doença, o sedentarismo também vem corroborar, para agravamento das condições gerais do portador de diabetes, pois a baixa de atividade física faz com que aumente o risco para ocorrência de complicações para este indivíduo que poderá se tornar obeso, promovendo aumento do índice de massa corporal. Sendo agravado por uma alimentação não saudável decorrente da ingestão de alimentos pobres em nutrientes, caracterizando uma dieta inadequada(ANDRADE; CARDOSO, 2019). (SARTORELLI; FRANCO. 2003).

Atualmente indícios apontam que as alterações no estilo de vida do indivíduo, estão associadas à alimentação e prática de atividades físicas, sendo um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da prevalência da Diabetes Mellitus. Portanto, a importância da prevenção primária (SARTORELLI; FRANCO. 2003).

De acordo com a deliberação CIB-RJ nº 4.798 de 07 de Dezembro de 2017, é dever das Secretarias Municipais, executar as ações de Vigilância epidemiológica de

Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) e Promoção da Saúde (PS), tendo como objeto de atuação o monitoramento dos Fatores de Risco e de Proteção, prestando orientação aos portadores das doenças crônicas.

Sabe-se que a Diabetes Mellitus exige um controle permanente, esses cuidados devem estar principalmente relacionados numa análise nutricional eficiente aliada as atividades físicas, todavia esses cuidados não são o suficiente, pois o portador dessa doença carece ainda de tratamento medicamentoso e monitoramento da glicemia capilar, infelizmente, muitos governos, sistemas de saúde pública e profissionais de saúde ainda não se conscientizaram da atual relevância do Diabetes e de suas complicações para a saúde da população. O tratamento farmacológico dos pacientes com DM deve ter abordagem terapêutica individualizada, isso porque existem pessoas que podem apresentar desde sintomas leves ou 14 assintomáticos até pessoas que apresentam cetoacidose diabética grave, por esse motivo deve se levar em consideração a condição clínica e o nível de hemoglobina glicada do indivíduo.(GUIDONI et al., 2009).

Nos anos 2000, havia 151 milhões de pessoas com Diabetes Mellitus em todo mundo. Já em 2015, esse número atingiu o total de 415 milhões de pessoas, o que corresponde a uma prevalência de 8,8%. Além das taxas crescentes de mortalidade, a doença preocupa devido alto custo associado à doença, e caso continue aumentando haverá um crescimento maciço das despesas com saúde nos próximos anos (BORGES; LACERDA, 2018).

Com isso, torna-se evidente discussão a respeito da aplicabilidade das legislações nas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), a fim de minimizar o aparecimento e agravamento da doença, pois nesse cenário, observa-se que políticas públicas tem sido instituídas, todavia busca-se aprofundar a reflexão para conhecer essas políticas que dão proteção aos usuários, principalmente aqueles que utilizam o sistema único de saúde (SUS).

A reforma ocorrida no princípio jurídico institucional da Constituição Federal, onde foram definidos princípios éticos doutrinários do sistema único de saúde (SUS), sendo eles: integralidade, universalidade e equidade. E proporcionando o cuidado da saúde, dando início mudanças estruturais do processo de descentralização.

As leis 8.080/90 e 8.142/90 consagram os princípios organizativos do SUS, através da descentralização dos serviços de saúde e municipalização da gestão, definindo papéis e atribuições dos gestores nas três esferas de atuação, destacando o artigo 6º da Lei nº 8.080/90 que Constituem o Sistema Único de Saúde (SUS) as ações e os serviços de saúde das instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e Fundações mantidas pelo Poder Público. Seus objetivos são:

- I. A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
- II. A formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômicos e sociais, o dever do Estado de garantir a saúde;
- III. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventiva. (BRASIL, 1990)

As leis 8.080/90 e 8.142/90 estabelecem condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços. Sendo utilizada em todo o território nacional, para qualquer ação ou serviço de saúde realizado a ser prestado, ocasionando modificações com a finalidade de modificar o atendimento hospitalar e o modelo curativo por atividades de caráter epidemiológico, com ações no campo da saúde pública, de cunho mais preventivo e coletivo, melhorando as condições de saúde. Porém, verifica-se que apesar das reformas realizadas, o número de incidência de Diabetes não diminuiu, sendo que essas mudanças ocorreram na forma de organização e incentivo a atenção básica, a qual possibilita condições para retardar o surgimento da doença ou evitar seus agravos (GUIDONI et al, 2009).

Para tanto, é preciso que os profissionais tracem um plano de cuidados levando em conta as particularidades de cada um, procurando colher informações pessoais por meio de uma consulta e avaliação criteriosa, para que as atitudes de autocuidado possam ser entendidas e aplicadas pelos pacientes a fim de obter uma manutenção eficaz do tratamento (SAMPAIO et al, 2008).

Em 2001, o Ministro da Saúde instituiu a criação do Programa Nacional de Hipertensão e Diabetes Mellitus (HIPERDIA), com objetivo de cadastramento e acompanhamento de portadores de Hipertensão e Diabetes Mellitus, com o objetivo

de estabelecer a organização da assistência, prevenir e promover a saúde, por meio da vinculação dos usuários à rede, a implementação de programa de educação permanente em hipertensão, diabetes e demais fatores de risco para doenças cardiovasculares. Seu funcionamento se dá mediante ao cadastramento e acompanhamento da situação dos portadores de hipertensão arterial e/ou Diabetes Mellitus em todo o país; promovendo informações fundamentais para os gerentes locais, gestores das secretarias e Ministério da Saúde. Disponibilizando informações ao acesso público em relação a cada portador cadastrado (FEITOSA; PIMENTEL, 2016).

Para ter o controle da Diabetes Mellitus, deve ocorrer mudança no estilo de vida, tendo estratégias como: a prevenção da Diabetes Mellitus com ações sobre os fatores de risco, a descoberta precoce da doença, o tratamento adequado que permita modificar a evolução da doença, prevenção das complicações e melhoria qualidade de vida dos indivíduos portadores de Diabetes Mellitus.

Durante a pesquisa surgiram alguns questionamentos, organizados através das questões norteadoras: a legislação vigente consegue suprir ações de prevenção e controle da diabetes? O sistema único de saúde está atendendo as necessidades dos usuários?

Baseada nestes questionamentos foram elaborados os objetivos desta revisão bibliográfica. Traçando como objetivo central identificar a trajetória das legislações que norteiam as ações de prevenção e controle da Diabetes Mellitus. O estudo apresenta os seguintes objetivos secundários: Identificar se as demandas dos usuários conseguem serem supridas a partir da aplicação das leis; identificar aplicabilidade das legislações das DCNT; verificar as dificuldades encontradas para implementação das legislações.

Esta pesquisa torna se relevante, sabendo que Diabetes Mellitus é uma das doenças crônicas, mais prevalentes no mundo e relacionadas aos múltiplos fatores, como: transição epidemiológica, transição nutricional, urbanização, sedentarismo, excesso de peso, crescimento e envelhecimento populacional e, também, à maior sobrevida dos indivíduos com Diabetes Mellitus. A cada ano vem aumentando a prevalência deste agravo na sociedade, o número de pessoas que possuem esta doença crônica.

Desta forma, apresenta-se como hipótese: a aplicação das legislações de maneira adequada, de acordo com as demandas detectadas, por meio da análise dos indicadores poderá colaborar para a melhoria da qualidade vida das pessoas.

2. MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo com aborda em qualitativa, que está baseado na metodologia de revisão bibliográfica, sendo um método de estudo que possibilita síntese do conhecimento de um determinado assunto. Para o desenvolvimento da presente revisão constituiu-se pelas seguintes etapas: buscas sistemáticas em livros; seleção dos artigos e critérios de inclusão e exclusão; avaliação dos estudos incluídos; interpretações dos resultados, e apresentação da revisão integrativa.

De acordo com Martins (2001), a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema.

Corrêia (2004) complementa, afirmando que a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dentre outros.

A busca dos textos foi realizada na base de dados da Scielo, utilizando como filtro o ano das publicações, de modo a selecionar aquelas que ocorreram entre os anos de 2019 e 2020.

Inicialmente, foram encontrados 69 artigos na base de dados na Scielo, dos quais seis foram selecionados para compor esta revisão, além das legislações voltadas para a saúde pública utilizadas. Com os seguintes critérios de inclusão adotados: artigos completos e originais disponíveis on-line gratuitamente, foram excluídas as publicações que não possuíam resumo indexado, na base de dados ou que não se adequassem à temática proposta das políticas públicas relacionadas ao Diabetes Mellitus. Para esta pesquisa foram utilizados os descritores de Ciência da

Saúde: Políticas Públicas, Diabetes Mellitus e Monitoramento. Os artigos foram selecionados através da similaridade dos conteúdos, e assim organizados, em categorias, descritas no item Resultados e Discussão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados para a análise seis artigos (Quadro 1), sendo os mesmos organizados em duas categorias: a implementação das políticas públicas no monitoramento da Diabetes Mellitus e Ações preventivas para o portador de Diabetes Mellitus.

Quadro 1. Artigos selecionados na pesquisa.

Título	Autor	Ano	Revista	Tipo de Estudo	Objetivos
Assistência ao diabetes no SUS: análise do modelo atual	GUIDONI et al., 2009.	2009	Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas	Retrospectivo	Abordara temática do diabetes mellitus e as dificuldades do controle associado à ineficácia da logística adotada, principalmente no SUS
Ações voltadas ao controle do Diabetes Mellitus na Atenção Básica: proposta de modelo avaliativo	Borges e Lacerda.	2018	Saúde Debate	Ecológico	Aborda a temática voltada ao controle do DM
Análise da linha de cuidado para pacientes com diabetes mellitus e hipertensão arterial: a experiência de um município de pequeno porte no Brasil	Andrade et al.	2019	Revista Brasileira de Estudos de População.	Coortes	Melhoria do manejo de pacientes com doenças crônicas na atenção primária à saúde.
Tendências do diabetes mellitus no Brasil: o papel da transição nutricional	Sartorellie Franco.	2003	Cad. Saúde Pública	Prospectivo	Analisar as tendências do diabetes mellitus no Brasil, focando no papel da transição nutricional.

Conhecimento dos pacientes diabéticos usuários do Sistema Único de Saúde acerca da retinopatia diabética	Hirakawa et al	2019	Revista Brasileira de Oftalmologia	Ecológico	Avalia o nível de conhecimento dos pacientes diabéticos, atendidos no Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Boa Vista/Roraima
Prevalência e ocorrência de fatores de risco modificáveis em adultos e idosos	Francisco et al.	2019	Revista de Saúde Pública	Caso-Control	Estimar a ocorrência dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em adultos

Fonte: Elaboração própria.

3.1 A Implementação das Políticas Públicas no Monitoramento da Diabetes Mellitus:

Guidoni et al. (2009) consideram de extrema importância o fortalecimento da porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), porém, a assistência ainda se demonstra falha, onde as dificuldades relacionadas à logística e controle das ações de prevenção e promoção do SUS. Os resultados da pesquisa dos referidos autores demonstraram que a assistência do SUS ainda se mostram insuficientes para atender de maneira qualitativa e quantitativa as demandas dos portadores de Diabetes Mellitus. Entretanto, as complicações do Diabetes Mellitus não controlada têm exigido investimentos cada vez maiores dos sistemas de saúde, sendo que os custos aumentam com o decorrer do tempo, especialmente devido à presença de complicações tardias. As reformas implantadas não conseguem reduzir as incidências da Diabetes Mellitus, pois a patologia ainda apresenta elevadas proporções, com alto custo econômico e social.

Torna-se fundamental importância a implantação de políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento dos cuidados com portadores de Diabetes Mellitus, sendo dever do Estado oferecer um “atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais” (CRFB, art. 198, III), conforme a Constituição, porém acaba sendo ineficaz na prática.

Além da implantação das políticas necessário divulgar os serviços disponibilizados. Segundo Andrade et al (2019) apresentam análise da linha de cuidado para pacientes com Diabetes Mellitus. Nesse estudo é preconizado que sejam desenvolvidas ações no sentido de informar à comunidade, sobre a prevenção da DM, para obter o diagnóstico precoce e abordagem terapêutica. Porém estudos relatam que a maioria dos portadores de DM, não sabem qual tipo de diabetes possui.

Ao realizar assistência de qualidade com respaldo das políticas públicas e divulgando serviços pode-se minimizar a ocorrência de complicações, dentre elas conforme descrito no artigo de Hirakawa et al (2019), que avalia o nível de conhecimento dos pacientes diabéticos, atendidos no Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Boa Vista/Roraima sobre Retinopatia Diabética. Os resultados dessa pesquisa revelam que a maioria (76,7%) dos indivíduos não possuíam nenhum

conhecimento e tal fato se mostra um fator preocupante por tratar-se de uma das complicações mais importantes do Diabetes Mellitus considera-se que o sistema de saúde não está sendo eficiente como facilitador quanto a divulgação de informações relacionadas às complicações como por exemplo a Retinopatia Diabética.

Portanto a divulgação das políticas públicas em relação a assistência ao portador de DM, poderá colaborar para melhorar os indicadores relacionados a morbimortalidade.

A lei federal de nº 11.347 determina que os pacientes com diabetes recebam, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde - SUS, os medicamentos necessários para o tratamento, assim como os materiais exigidos para a sua aplicação e a monitoração da glicemia capilar.

Os insumos (seringas com agulha acoplada para aplicação de insulina; tiras reagentes de medida de glicemia capilar; e lancetas para punção digital) devem ser disponibilizados aos portadores de Diabetes Mellitus insulino dependente e que estejam cadastrados no cartão SUS e/ou no Programa de Hipertensão e Diabetes - Hiperdia (GUIMARÃES, 2019).

Já em 2019, foi sancionada a lei nº 13.895/19, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. A norma teve origem no Projeto de Lei nº 6754/13, aprovado pela Câmara dos Deputados em outubro de 2019.

Dentre as diretrizes dessa lei destacam-se: ênfase em ações preventivas por meio de equipes multidisciplinares; formação permanente de profissionais de saúde, pacientes, familiares e cuidadores; desenvolvimento de metodologia de análise e avaliação dos serviços de saúde; apoio científico às pesquisas contra a doença.

3.2 Ações Preventivas para o Portador de Diabetes Mellitus.

De acordo com Borges e Lacerda (2018) abordam em seu estudo ações voltadas ao Monitoramento do Diabetes Mellitus na Atenção Básica, deveriam ser estruturadas de acordo com a legislação, para a prevenção e o controle da DM e a redução dos fatores de riscos que estão interligados. Percebe-se assim necessidade

de desenvolver programas educativos para a população. Portanto os programas educativos devem ser incluídos para serem consolidados no movimento das práticas cotidianas, sobretudo considerando que a prevenção implica também em menores custos para o sistema de saúde, sendo que o compromisso político é entendido como responsabilidade da gestão pública municipal através do desenvolvimento de estratégias que operacionalizem as políticas e os programas considerados prioritários.

Torna-se necessário que notas técnicas com orientações e direitos dos portadores de DM, sejam divulgadas de modo a propagar as informações para população e para os profissionais de saúde. Considerando que a equipe multiprofissional em saúde deve buscar interação entre os usuários e o atual modelo de saúde, cada vez mais há necessidade não apenas de educar os usuários com o intuito de oferecer informações sobre a doença, mas também conscientiza o usuário quanto aos seus direitos de cidadania. É preciso, portanto, fortalecer o processo educativo, para isto é necessário, o desenvolvimento de programas eficazes e viáveis ao SUS, tais como prevenção primária, controle da incidência e prevenção secundária das complicações dos portadores, e promover a redução dos fatores de riscos. Tudo pode ser evitado ou minorado com diagnóstico precoce, tratamento oportuno, adequado e promoção da educação para o autocuidado portador de DM. Portanto, o acompanhamento e o monitoramento Diabetes Mellitus, poderá evitar o agravamento e o aparecimento de complicações, diminuindo tanto a quantidade de internações, como também a ocorrência da mortalidade.

No estudo de Sartorelli e Franco (2003) são discutidas as tendências do Diabetes Mellitus no Brasil: o papel da transição nutricional. Entre os aspectos relevantes para o aumento da incidência de Diabetes Mellitus os autores destacam as modificações no consumo alimentar da população brasileira - baixa frequência de alimentos ricos em fibras, aumento da proporção de gorduras saturadas e açúcares da dieta associadas a um estilo de vida sedentário compõem um dos principais fatores etiológicos da obesidade, diabetes tipo 2 e outras doenças crônicas. No entanto, as alterações na estrutura da dieta, associadas a mudanças econômicas, sociais e demográficas e suas repercussões na saúde populacional, vêm sendo observadas em diversos países em desenvolvimento, consequente aumento da prevalência da Diabetes Mellitus

O processo de transição nutricional, é um dos fatores de grande importância, que está diretamente correlacionado às estatísticas da prevalência Diabetes Mellitus, as mudanças nos padrões alimentares, associadas ao sedentarismo, podem ser consideradas as grandes responsáveis pelo aumento da incidência e da prevalência de doenças como a Diabetes Mellitus atualmente.

Francisco et al (2019) tratam sobre a prevalência e ocorrência de fatores de risco modificáveis em adultos e idosos, com o objetivo de estimar a ocorrência dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em adultos e idosos. Na pesquisa foi identificada a maior chance de ocorrência de tabagismo, uso abusivo de álcool, inatividade física e alimentação não saudável em adultos e idosos. Contudo sendo necessário ressaltar que, para a promoção de hábitos de vida saudáveis, as políticas macrossociais, intersetoriais e regulatórias são mais efetivas. Cabe destacar o papel do Estado enquanto agente regulador também em setores externos à saúde, para a promoção de hábitos de vida saudáveis. Conforme visto é importante que a promoção de hábitos saudáveis, seja um elo para a redução de riscos dos portadores da doença, sendo de extrema importância, priorizar recursos para a saúde no enfrentamento para a redução da Diabetes Mellitus. Tornando-se complementar a implementação das políticas públicas no controle da Diabetes e as ações preventivas para o portador de diabetes, ocorrendo assim integração da assistência com as medidas de controle e prevenção.

Com as novas previsões legais, fica obrigatório a promoção de campanhas de conscientização sobre a necessidade de medir regularmente os índices glicêmicos e controlá-los. Além das campanhas, a lei estabelece investimento em desenvolvimento científico e tecnológico sobre métodos de tratamento e cuidados (ARAÚJO, 2019).

A promoção da saúde manifesta-se como estratégia de transformação nos padrões assistenciais, colaborando para que as pessoas possam ter um melhor entendimento do processo saúde-doença, marcando a constituição de outras possibilidades e a estruturação de novos conhecimentos, aprimorando a qualidade de saúde da população. Desse modo, os profissionais da saúde sendo atores nesse processo de promoção do conhecimento da pessoa irão cooperar com recursos para que os agravos decorrentes do Diabetes Mellitus sejam controlados (SANTOS et al., 2009).

Nessa perspectiva, percebe-se a relevância dos profissionais da saúde para a promoção de orientação aos pacientes com Diabetes Mellitus e também para a população em geral, no que diz respeito a prevenção, controle e autocuidado sobre a doença.

4. CONCLUSÕES

Os artigos analisados indicam a importância para que o sistema de saúde seja agente facilitador no processo de prevenção, monitoramento e tratamento da Diabetes Mellitus. Para tanto, as políticas públicas existentes precisam ser repensadas para atender as necessidades atuais dos portadores de DM, levando em consideração suas particularidades.

A maioria dos portadores de Diabetes Mellitus não tem o apoio necessário, que deveriam ter, sendo dever do sistema único de saúde, assegurar programas com o objetivo de promover a conscientização, prevenção primária e a prevenção secundária, cumprindo seu devido papel otimizando a prevenção, diagnóstico e acompanhamento da Diabetes Mellitus.

No entanto, é importante ressaltar os pacientes Diabéticos com baixa adesão ao tratamento correto da doença, que poderá levar a ocorrência de sérias complicações de saúde. As políticas públicas devem ser exploradas e reformuladas para melhoria e adesão dos pacientes, proporcionando intervenções específicas para incentivar o autocuidado. Promover capacitação para os profissionais de saúde com intuito de atualizá-los e melhor prepará-los para atuar em equipe multidisciplinar.

Portanto, é necessário ressaltar que o nutricionista, tem papel fundamental, da sua representatividade e importância na área da saúde. No desenvolvimento de atividades relacionadas, não apenas as orientações nutricionais, como também o acompanhamento e adesão as orientações quanto ao cuidado com o paciente.

É importante a inserção do nutricionista na saúde pública. Esses profissionais devem ter uma visão ampliada que considere fatores como as condições de vida das pessoas e das comunidades e o contexto em que se insere o processo saúde-doença.

Sendo de extrema importância, que os órgãos governamentais devem ter em mente a ideia de que fortalecer e qualificar o cuidado nutricional e o papel da alimentação como fator de risco de doenças e agravos, deve-se ter sempre a ideia de uma inserção universal, sistemática e qualificada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Monica Viegas et al. Análise da linha de cuidado para pacientes com diabetes mellitus e hipertensão arterial: a experiência de um município de pequeno porte no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 36, e 0104, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982019000100170&lng=pt&nrm=iso>.

ARAÚJO, Luiz Phillipe. **Lei que institui Política Nacional de Prevenção do Diabetes é publicada pela União.** 2019. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/lei-que-institui-politica-nacional-de-prevencao-do-diabetes-e-publicada-pela-uniao-218525/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BORGES, Daiani de Bem. LACERDA, Josimari Telino de. **Ações voltadas ao controle do Diabetes Mellitus na Atenção Básica: proposta de modelo avaliativo.** 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2018.v42n116/162-178/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica – estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Diabetes Mellitus.** 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_diabetes_mellitus_cab36.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus.** Brasília, 2001. Disponível em <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/miolo2002.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CIB-RJ. **Deliberação CIB-RJ nº 4.798 de 07 de dezembro de 2017.** Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/571-2017/dezembro/5422-deliberacao-cib-rj-n-4-798-de-07-de-dezembro-de-2018.html>>. Acesso em: 24 out. 2019.

CORRÊA, M.; SILVA, D. A. Procedimentos Metodológicos para a elaboração. **Revista Contabilidade & Finanças** - USP, São Paulo, n. 36, p. 97 - 104, setembro/dezembro 2004 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v15n36/v15n36a06.pdf>>

DATASUS. **HIPERDIA - Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos.** Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/epidemiologicos/hiperdia>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FEITOSA, I. D. O.; PIMENTEL, A. Hiperdia: práticas de cuidado em uma unidade de saúde de Belém, Pará. **Rev. Nufen: Phenom. Interd**, v. 8, n. 1, p. 13–30, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-25912016000100003>

FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo et al. Prevalência e coocorrência de fatores de risco modificáveis em adultos e idosos. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.53, 86, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102019000100282&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2020.

GUIDONI, C. M. et al. Assistência ao diabetes no Sistema Único de Saúde: Análise do modelo atual. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 45, n. 1, p. 37–48, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bjps/v45n1/05.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

GUIMARÃES, Ana Helena de Miranda. **Diabetes: conheça seus direitos!** 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/78074/diabetes-conheca-seus-direitos>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

HIRAKAWA, T. H. et al. Conhecimento dos pacientes diabéticos usuários do Sistema Único de Saúde acerca da retinopatia diabética. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 78, n. 2, p. 112–116, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72802019000200107&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2020.

MARTINS, G. A. & Pinto, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**, São Paulo: Atlas, 2001. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001312367>>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Programa da OMS**. 2016. Disponível em: <<https://www.who.int/diabetes/es/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SANTOS, Ellen Cristina Barbosa dos et al. Políticas públicas e direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde com diabetes mellitus. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 64, n.5, p.952-957, Oct. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000500023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SAMPAIO, F.A.A. et al. Avaliação do comportamento de promoção da saúde em portadores de diabetes mellitus. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.21, n.1, p.84-88, 2008. Disponível em

<<http://www.revistafjn.com.br/revista/index.php/eficiencia/issue/download/1/5>>

SARTORELLI, Daniela Saes; FRANCO, Laércio Joel. Tendências do diabetes mellitus no Brasil: o papel da transição nutricional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, supl.1, p. S29-S36, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000700004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2020.